
Resenha

**SOCIEDADE CIVIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE SUA CONCEPÇÃO E
EMPODERAMENTO NO SÉCULO XXI¹**

**CIVIL SOCIETY: CONSIDERATIONS ABOUT YOUR DESIGN AND
EMPOWERMENT IN THE XXI CENTURY**

Éder Rodrigo Gimenes
Doutorando em Sociologia Política na
Universidade Federal de Santa Catarina

Resenha do livro: LUIZ, Danuta E. Cantoia. (Org.). **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras, 2010. 303 p.

A partir do livro “Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas” são analisados conceitos de sociedade civil, sociedade política, Estado, hegemonia, dominação, cidadania, cidadania ativa, democracia participativa, movimentos, o papel da mídia e o “cyberativismo” nos tempos atuais. Nesse sentido, a obra apresenta resultados de pesquisas oriundas de diferentes instituições do Brasil e da América Latina.

A compilação do material foi realizada por Danuta E. Cantoia Luiz, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e pesquisadora do Núcleo de Estudos Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais.

Dentre os demais autores encontram-se docentes de diferentes áreas, como Serviço Social, Jornalismo, Ciência Política, Administração Pública, Sociologia, Educação, Direito e Gestão Pública, o que confirma o argumento da organizadora, desenvolvido posteriormente, de que a discussão acerca da sociedade civil e de seu papel no âmbito democrático é interdisciplinar.

¹ Agradeço à Ilse Scherer-Warren, docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, pelas observações e adequações sugeridas.

Com relação ao livro, este divide-se em quatro seções. A primeira trata de um debate teórico com vistas ao estabelecimento da fundamentação acerca das concepções em torno do termo “sociedade civil”. A segunda apresenta discussões acerca do problema da corrupção, baseada em resultados de pesquisas realizadas no Peru e de movimentos de combate à questão empreendidos no Brasil. A terceira parte aborda especificamente os movimentos sociais brasileiros ambientalistas e os que tem como pauta a educação no campo. Por fim, a última seção enfoca a democracia, de modo a discutir seu relacionamento com a proteção social dentro do Mercosul, bem como as associações entre práticas democráticas e cidadania sindical e entre cidadania e política.

A fundamentação teórica referente à sociedade civil é realizada em três capítulos. No primeiro, “Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil”, Ivete Simionatto (Departamento de Serviço Social/Universidade Federal de Santa Catarina) aponta os motivos que conduziram ao renascimento do conceito de sociedade civil, dentre as quais se destacam a crise dos países do Leste Europeu frente ao império soviético, os regimes militares na América Latina e os debates europeu e norte-americano acerca da crise do *Welfare State*. Diante de tal cenário, o capítulo indica as principais tendências e reformulações visualizadas nas últimas décadas, que contribuíram para a despolitização do conceito de sociedade civil, com ênfase nas concepções liberal-democrática e liberal-corporativa ou neoliberal, e afirma que não deve-se compreender a sociedade civil como uma zona neutra, uma vez que, em conjunto com a sociedade política, representa elementos constitutivos do Estado moderno. Além disso, o capítulo apresenta ainda argumentos relevantes acerca do valor analítico da categoria em questão.

No capítulo “Sociedade civil: concepções e expressões presentes nas dissertações do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG”, a organizadora do livro trata das diferentes interpretações sobre o termo “sociedade civil”² a partir do conjunto de 104 dissertações defendidas junto ao Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa entre 2002 e 2008. Sua pesquisa permitiu agrupar as concepções apresentadas nos trabalhos em cinco categorias³, as quais são discutidas no decorrer do capítulo: a sociedade civil a partir de sua relação com o Estado; a sociedade

² A dificuldade em conceituar o termo “sociedade civil” é uma discussão corrente nas Ciências Sociais, já destacada por diversos autores, dentre os quais Cohen, no artigo intitulado “Sociedade civil e globalização: repensando categorias” (2003). Cabe ainda destacar o esforço teórico empreendido por Adrián Gurza Lavalle em “Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990” (2003).

³ “A seleção da amostra deu-se por meio da leitura dos resumos, palavras-chave, sumários e introduções” (LUIZ, 2010, p. 57). Informações sobre a seleção das dissertações analisadas, os autores pesquisados e a relação completa dos materiais encontram-se no texto.

Sociedade civil: considerações acerca de sua concepção e empoderamento no século XXI

civil a partir da discussão em torno de participação popular, ampliação de direitos, construção da cidadania e da hegemonia; a crítica à sociedade civil heterogênea e desarticulada; a substituição do Estado pela sociedade civil em questões relacionadas ao atendimento de questões sociais; e a associação entre a sociedade civil e a esfera pública. Em suma, os dados permitem inferir sobre as diferentes expressões da sociedade civil em termos práticos, com destaque aos movimentos sociais dentre os grupos organizados discutidas nas dissertações, e que as diversas formas e expressões de manifestação da sociedade civil não necessariamente tem contribuído para a articulação de segmentos, movimentos e entidades, de modo que o discurso contestador ou produtor de contra-cultura hegemônica verificado em teoria não se manifesta nas análises acerca da atuação dos destacados atores sociais.

Já em “Sociedade civil, esfera pública e mídia: confrontos e convergências entre diferentes concepções”, Maria Lúcia Becker (Curso de Jornalismo/Universidade Estadual de Ponta Grossa) é apresentada uma sistematização dos elementos históricos e conceituais que contribuem para a compreensão das implicações teóricas e políticas na relação entre sociedade civil e mídia, quando esta é compreendida com base em diferentes noções de sociedade civil, desenvolvidas a partir de argumentos presentes em obras de autores como Rousseau, Hegel, Marx, Engels, Gramsci, Habermas, Kant e Tocqueville.

A segunda seção, que aborda a questão da corrupção, dispõe de dois capítulos. A discussão presente em “*Corrupción: el reto de la democracia y la educación*”, de Luis Sime Poma (Pontificia Universidad Católica del Perú), aborda a tolerância dos indivíduos frente às transgressões das leis e, não raras vezes, cúmplices com a corrupção, pela falta de ação combativa, numa espécie de vício de passividade, e aponta ainda para o surgimento de um fenômeno contrário a tal situação, a desconfiança política. Os dados apresentados demonstram que a participação popular em organizações sociais e políticas ainda é baixa nos países latino-americanos, mesmo após mobilizações populares destituírem o poder de cinco presidentes entre as décadas de 1990 e início de 2000, o que demonstra a fragilidade da relação entre a baixa confiança nas instituições representativas democráticas e a avaliação de fenômenos de corrupção, temática recorrente nos noticiários nos últimos anos, em muito por conta de ondas de protestos como aquelas ocorridas no Peru, na Argentina e no Brasil em 2013, porém com resultados ainda carentes de exploração pela Ciência Política.

O capítulo “A emergência de uma rede de movimentos de combate à corrupção:

uma abordagem na perspectiva dos *frames*”, de Thamara Caroline Stremec (GVPesquisa) e Mário Aquino Alves (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo/Fundação Getúlio Vargas), trata de uma discussão acerca da inclusão do combate à corrupção como tema de debate na agenda das organizações da sociedade civil no início do século XXI no Brasil. Para tanto, utiliza os *frames*⁴ como aspecto central para análise dos seguintes atores: Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Amigos Associados de Ribeirão Bonito, Transparência Brasil, Movimento Ordem Vigília contra a Corrupção e Articulação Brasileira de Combate à Corrupção e à Impunidade. Para além da ação dessas entidades, os autores destacam ainda a importância de constituição de redes de articulação⁵ para a discussão e atingimento de objetivos e destaca a relevância do “cyberativismo”⁶ enquanto nova modalidade de ativismo político.

A terceira seção do livro apresenta discussões relacionadas a movimentos sociais específicos. Em “Movimento ambientalista e lutas sociais”, Lucia Helena de Oliveira Cunha, Ângela Duarte Damasceno Ferreira (ambas docentes do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento/Universidade Federal do Paraná) e Edina Schimanski (Departamento de Serviço Social/Universidade Estadual de Ponta Grossa) afirmam que a questão ambiental é tratada de maneira concomitante com o movimento ambientalista, uma realidade que vem se consolidando nas últimas décadas em todo o mundo. Nesse contexto, as autoras entendem que as discussões em torno do meio ambiente possuem papel central na crise de civilização que vivenciamos em termos social e político. Diante desse cenário, delimitam seu escopo para o Brasil, onde apresentam o novo ambientalismo a partir do movimento socioambiental dos seringueiros da Amazônia, liderado por Chico Mendes entre as décadas de 1970 e 1980. Na sequência, à guisa de conclusão, destacam que tal exemplo foi emblemático em termos de luta social associada à luta ambiental não apenas no Brasil, como também internacionalmente, mas

⁴ Mecanismos cognitivos que permitem aos indivíduos identificarem seus interesses, identidades e possibilidades de mudança enquanto atores sociais (STRELEC; ALVES, 2010).

⁵ A mobilização social por meio de redes é discutida por Machado no artigo intitulado “Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais” (2003), bem como por Carlos em “Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais” (2011) e Scherer-Warren em “Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos” (2012). Kauchakje discute a historicidade dos movimentos sociais e sua relação com a participação social em “Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais” (2008).

⁶ Bringel (2011) destaca o *flashmob* como ação simbólica relacionada ao cyberativismo contemporâneo. Maia, Gomes e Marques organizaram a obra “Internet e participação política no Brasil” (2011), dedicada à análise dos relacionamentos existentes entre a rede mundial de computadores e a participação política, o sistema político e a esfera civil. Gallego e Oberski (2011) destacam a importância das redes sociais para a circulação das informações e articulação de atividades, principalmente as de protesto.

Sociedade civil: considerações acerca de sua concepção e empoderamento no século XXI

se preocupam com o desenvolvimento de outras lutas, voltadas ao combate das desigualdades ecológicas e sociais que se constituem em indicativos da falência do atual modelo civilizatório.

Já no capítulo “Movimentos sociais, educação do campo e esfera pública: inquietações interdisciplinares”, Maria Antônia de Souza (Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Tuiuti do Paraná) afirma que os movimentos sociais desenvolvem uma práxis criadora necessária ao enfrentamento de tensões políticas, especialmente em se tratando de disputas entre classes, situação em que se pode encaixar a questão da educação no campo se tomada no contexto da análise da concentração de renda, sob o ponto de vista geográfico-histórico. Nesse sentido, a autora do capítulo delinea a cronologia da relação entre terras e propriedade no Brasil em termos históricos e jurídicos e destaca a luta pela educação no espaço rural no estado do Paraná. Além disso, são enfatizados ainda diversos movimentos por direitos sociais e humanos também relevantes aos cidadãos que vivem fora da zona urbana e o avanço da discussão sobre a educação no campo até os cursos superiores no país, o que demonstra que, mesmo diante de um cenário tenso, é possível avançar rumo a políticas públicas mais efetivas em termos de alcance e capacidade de inclusão.

A quarta e última seção da obra, intitulada “Democracia, cidadania e política”, encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, “Democracia e proteção social: possibilidades e contradições no Mercosul”, Lúcia Cortes da Silva, Emerson Urizzi Cervi e Silvana Souza Netto Mandalozzo (docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa) discutem o relacionamento entre democracia e capitalismo nos países componentes do bloco econômico, com enfoque na proteção ao trabalho e na integração regional. Considerando o modo de produção capitalista e a livre negociação como solução neoliberal, com conseqüente perda de poder político pela economia e enfraquecimento das discussões trabalhistas, a proteção ao trabalho passou a compor o rol de objetos de defesa do Mercosul, muito pelo fato de haver grande desigualdade nas legislações trabalhistas dos países que compõem o bloco. Segundo Costa, Cervi e Mandalozzo (2010, p. 216), “o desafio para a redução das assimetrias é avançar, não apenas pela harmonização das legislações trabalhistas, mas especialmente pela possibilidade de políticas regionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social”. Já em termos de representação parlamentar, os autores destacam que a falta de informação é prejudicial ao fortalecimento da democracia no interior do bloco, uma vez que a baixa intensidade

de debate público desestimula o crescimento da racionalidade da tomada de decisões, situação que cabe às elites políticas nacionais combater, em prol da maior participação popular nas definições políticas e sociais do bloco.

Ivan Jairo Junckes e Rodrigo Rossi Horochovski (docentes da Universidade Federal do Paraná) partem da premissa, em “Práticas democráticas e cidadania sindical: alianças civis, ideologia financista e participação governamental”, de que os sindicatos, de modo geral, perderam sua capacidade de coletivização com o passar das décadas. A partir da discussão sobre teorias democráticas, com destaque à democracia participativa e deliberativa, entendem que desde a década de 1970 as expressões mais organizadas da sociedade civil brasileira atuam tanto no plano institucional quanto no interior da própria sociedade, orientados por ideais emancipatórios por meio de novos movimentos populares⁷, os quais incluem o novo sindicalismo. Diante desse cenário, o capítulo trata da discussão acerca dos sindicatos dos bancários no Brasil e os autores afirmam que “progressivamente a representação sindical torna-se uma variável das estratégias corporativas ou da política, à medida que obtém reconhecimento e avança organicamente nesses espaços” (JUNCKES; HOROCHOVSKI, 2010. p. 259). Além disso, destacam ainda o intenso relacionamento entre o sindicalismo bancário e o Partido dos Trabalhadores, desde sua ascensão até a parceria estabelecida quando da nomeação de atores ligados aos sindicatos para cargos administrativos de alto escalão.

Por fim, Vicente de Paula Faleiros (professor emérito da Universidade de Brasília) apresenta, em “Cidadania e política”, primeiramente uma discussão sobre a construção do conceito de cidadania na modernidade, desde os primórdios das Revoluções Inglesa e Francesa até articulação com a política por meio das leis de direitos. O autor destaca ainda o relacionamento entre cidadania e liberalismo econômico e afirma que a primeira não é capaz de dissolver a sociedade de classes, mas de estabelecer zonas de igualdade, nas quais todos os indivíduos alcançariam o status de cidadão. A melhoria de tal realidade se daria por meio da cidadanização⁸ dos indivíduos, que consistiria na implementação da cidadania, de fato, e de uma visão da mesma como participação. Nesse sentido, o autor destaca que a liberdade, no contexto das Revoluções Inglesa e Francesa, se deu enquanto

⁷ Boaventura de Sousa Santos discute os novos movimentos sociais no artigo intitulado “*Los nuevos movimientos sociales*” (2001). Um dos estudos mais recentes acerca do assunto pode ser encontrado na obra de Scherer-Warren (2012), anteriormente mencionada.

⁸ Faleiros (2010, p. 280) define cidadanização como “um processo político de relação de poder que pressupõe não só o direito de com-viver, mas uma articulação da hegemonia dos grupos dominantes para estabelecer a governabilidade [...]”.

Sociedade civil: considerações acerca de sua concepção e empoderamento no século XXI

liberdade para trabalhar e aponta os fundamentos do pacto liberal burguês através dos argumentos dos autores liberais Hobbes, Locke e Malthus, cuja perspectiva, inflexionada pelas lutas de classes, integrou, em parte, a sociedade civil à sociedade política por conta do reconhecimento de direitos sociais. O autor discute ainda o binômio inclusão-exclusão no pacto (contrato) civil e político e entende o neoliberalismo como uma negação da cidadania, uma vez que, referindo-se às políticas neoliberais, “coloca-se a questão de se estamos voltando ao estado de competitividade (guerra), usando não mais o contrato, mas a guerra para resolver os problemas da humanidade” (FALEIROS, 2010, p. 296).

Diante da exposição acima, a divisão em quatro seções se apresenta condizente com os conteúdos abordados e em cada uma delas é possível identificar pontos relevantes para a discussão. De maneira sucinta, é possível elencar as principais contribuições da obra a partir da divisão apresentada.

Na seção que abordou o debate teórico acerca das concepções de sociedade civil, os textos apresentaram relevantes considerações acerca das tendências que contribuíram para a despolitização do conceito em pauta e os relacionamentos estabelecidos entre a sociedade civil com a esfera pública e com a mídia, por meio do diálogo estabelecido com autores clássicos da Sociologia e da Ciência Política. Entretanto, faz-se salutar destacar o esforço empreendido no sentido de sistematizar as diferentes abordagens sobre o assunto em categorias realizadas no capítulo desenvolvido pela organizadora do livro, uma vez que, para além dos resultados encontrados, a metodologia empreendida para a compilação das informações levantadas pode balizar pesquisas posteriores.

A abordagem da corrupção, presente na primeira parte do livro, tratou da antítese avanço da corrupção-desconfiança política, foco de discussão dos estudiosos da confiança nas instituições democráticas nos dias atuais, bem como apresentou uma metodologia alternativa à busca por mudanças no cenário político, os *frames*. Porém, se destacam nessa seção a avaliação da corrupção no setor de educação do Peru a partir da visão dos cidadãos e a abordagem do “cyberativismo” enquanto nova modalidade de participação, a qual aparentemente tende a se popularizar cada vez mais, principalmente em virtude das redes sociais.

Em se tratando dos capítulos destinados aos movimentos sociais no Brasil, o primeiro defendeu a tese de que as discussões sobre questões ambientais estão diretamente relacionadas à gestão social e política do Estado e, nesse sentido, as desigualdades ecológicas e sociais enfrentadas atualmente são indícios da falência do

atual modelo civilizatório. Já o capítulo posterior trabalhou a ideia de que apesar dos avanços na área, inclusive pela inserção do tema no debate acadêmico, a luta pela educação no campo é, também e ainda, uma luta de classes.

Por fim, a última seção da obra, relacionada às práticas democráticas, foi iniciada pela abordagem dos direitos trabalhistas nos países que compõem o Mercosul, nos quais o combate à falta de informação poderia se manifestar como ferramenta para o aumento da participação popular nas definições sociais e políticas dos Estados que compõem o bloco econômico. Além disso, foi realizada a apresentação do novo sindicalismo como ideal emancipatório advindo da evolução da teoria democrática e destacada a ênfase nos sindicatos bancários por meio do apontamento de seu relacionamento com a política, manifesto claramente, nos últimos anos, pela parceria estabelecida com o Partido dos Trabalhadores no Brasil. Ademais, foram empreendidos ainda apontamentos sobre cidadania e liberdade no âmbito neoliberal.

De modo geral, a obra organizada por Danuta Luiz apresenta considerações acerca da concepção da sociedade civil e de sua efetivação na realidade do século XXI. Desta forma, é possível inferir que os aspectos abordados pela organizadora e demais autores evidenciam uma abordagem interdisciplinar e multifacetada das questões que circundam o termo “sociedade civil” e sua aplicação na esfera pública, que tende a contribuir para a ampliação do debate em torno do assunto tanto no meio acadêmico quanto civil, o que poderá contribuir para a conscientização popular acerca da necessidade importância da participação dos cidadãos na gestão social e política do Estado.

REFERÊNCIAS

BRINGEL, B. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**. Recife: UFPE, v. 16, n. 2, 2011. pp. 185-215.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011. pp. 153-166. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a11v19n39.pdf

COHEN, J L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003. pp. 419-459. Disponível em: www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a01v46n3.pdf

COSTA, L. C. da; CERVI, E. U.; MANDALAZZO, S. S. N. Democracia e proteção social: possibilidades e contradições no Mercosul. *In*: LUIZ, Danuta E. Cantoia. (Org.). **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras, 2010. pp. 205-229.

Sociedade civil: considerações acerca de sua concepção e empoderamento no século XXI

FALEIROS, V. de P. Cidadania e política. *In*: LUIZ, Danuta E. Cantoia. (Org.). **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras, 2010. pp. 275-303.

GALLEGO, A.; OBERSKI, D. Personality and political participation: the mediation hypothesis. **Political Behavior** [online], n. 33, may 2011, pp. 1-27. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/831t85703vlg1235/?MUD=MP>

JUNCKES, I. J.; HOROCHOVSKI, R. R. Práticas democráticas e cidadania sindical: alianças civis, ideologia financista e participação governamental. *In*: LUIZ, Danuta E. Cantoia. (Org.). **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras, 2010. pp. 231-274.

KAUCHAKJE, S. Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado** [online], v. 23, n. 3, 2008. pp. 667-696. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922008000300006>

LAVALLE, A. G. Sem pena nem gloria: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 66, jul. 2003. pp. 91-109.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 18, jul./dez. 2007. pp. 248-285.

MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTOS, B. de S. *Los nuevos movimientos sociales*. **OSAL**, set. 2001. pp. 177-184. Disponível em: www.boaventuradesousasantos.pt/pages/en/articles.php

SCHERER-WARREN. I. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Curitiba: Appris, 2012.

STRELEC, T. C.; ALVES, M. A. A emergência de uma rede de movimentos de combate à corrupção: uma abordagem na perspectiva dos *frames*. *In*: LUIZ, D. E. C. (Org.). **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras, 2010. pp. 137-157.

Recebido: 17/05/2013.

Aprovado: 23/10/2014.